

INTERSETORIALIDADES

Evidências em arte, cultura e educação



Aprendizados a partir de análise dos dados de cultura e educação



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

INTERSETORIALIDADES

Evidências em arte, cultura e educação

II Aprendizados a partir de análise dos dados de cultura e educação



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CULTURA



Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Fundação Itaú

Aprendizados a partir de análise dos dados de cultura e educação / organizado por Fundação Itaú ; vários autores. — São Paulo : Fundação Itaú, 2026. (Intersetorialidades: evidências em arte, cultura e educação)
18 x 24 cm ; 60 p. ; vol. 2.

ISBN: 978-85-7979-228-1

1. Aprendizagem. 2. Análise de dados. 3. Indicadores. 4. Educação integral. 5. Intersetorialidade. I. Fundação Itaú. II. Título.

CDD 306.43

Bibliotecário Fernando Galante Silva CRB-8/10536



Foto da capa:

Atividade do Projeto Navegue na Olho do Tempo, promovido pela organização Escola Viva Olho do Tempo, em João Pessoa (PB)

Foto: Vangli de Figueiredo

Ficha Técnica

GOVERNO FEDERAL

Presidente da República do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República do Brasil
Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Ministro de Estado de Educação
Camilo Sobreira de Santana

Secretária de Educação Básica
Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt

Diretora de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica
Tereza Santos Farias

Coordenadora-Geral de Educação Integral e Tempo Integral
Aline Zero Soares

Consultor em Intersetorialidade
Luís Claudio de Almeida

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

Presidente
Manuel Fernando Palacios da Cunha e Melo

Chefe de Gabinete
Juliana Frizzoni Candian

MINISTÉRIO DA CULTURA

Ministra de Estado da Cultura
Margareth Menezes da Purificação

Secretário Executivo
Márcio Tavares dos Santos

Secretário de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura - Sefli/ MinC
Fabiano dos Santos Piúba

Diretor de Educação e Formação Artística
Rafael da Silva Maximiniano

Coordenador-Geral de Formação Artística e Cultural – CGFAC
Henrique Fernandes

Coordenadora-Geral de Cultura e Comunicação (CGCC) – Sefli/ MinC
Ivna Nilton Marques Girão

FUNDAÇÃO ITAÚ

Presidente do Conselho Curador da Fundação Itaú
Alfredo Setubal

Presidente da Fundação Itaú
Eduardo Saron

OBSERVATÓRIO FUNDAÇÃO ITAÚ

Gerência
Carla Chiamarelli

Coordenação

Alan Valadares
Carla Egydio
Esmeralda Macana

Advocacy

Ana Carolina Marossi Batista

Estudos e Pesquisas Aplicadas

Guilherme G. Miranda Silva
Lígia Dona de Souza

Monitoramento e Avaliação

Alisson Santos
Ana Maria Cardoso
Beatriz Almeida da Silva
Milena Dias de Sá (estagiária)

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E ESTRATÉGICA

Gerência Executiva
Ana de Fátima

Coordenação de Comunicação

Alan Albuquerque
Renato Corch

Comunicação Institucional

Fabiana Sousa

Estratégias Digitais e Gestão de Marcas

Ailson Taveira
Letícia Vieira Sant Ana
Helga Vaz
Mauryce Keyne

APOIO TÉCNICO

Ana Mae Barbosa
Mônica Zagallo
Renata Felinto

TOMARA! EDUCAÇÃO E CULTURA

Gestão do Projeto Editorial

Gestão geral
Clara Azevedo
Erick Roza

Coordenação editorial e edição de texto

Gustavo Tristão
Alexandre Bortolini

Projeto gráfico e diagramação

Júlia Yoshino

Capa

Júlia Yoshino
Thomas Musmann

Revisão de texto

Aina Cruz
Paulo Noviello



A publicação **Aprendizados a partir de análise dos dados de cultura e educação** faz parte de um conjunto de estudos que compõem a coletânea “Intersetorialidades: evidências em arte, cultura e educação”, fruto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Cultura (MinC), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e a Fundação Itaú, com o objetivo de produzir estudos e evidências sobre o impacto da arte e da cultura no desempenho acadêmico, na trajetória escolar e no desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, para contribuir com a ampliação de políticas públicas que promovam o direito à arte, à cultura e à educação integral.

Como parte dos resultados dessa parceria, publicamos esta coletânea composta por quatro volumes:

I. O primeiro, nomeado “**Estudo para a construção de políticas públicas de arte, cultura e educação**”, é resultado do Policy Dialogues in Focus, realizado pela Fundação Itaú, em parceria com o Ministério da Educação e com o Ministério da Cultura, em articulação com o Education Policy Outlook da Organização Econômica (OCDE). A iniciativa representou um primeiro esforço de mobilização e investigação sobre políticas públicas intersetoriais entre educação e cultura, combinando levantamento de evidências, análise do contexto brasileiro

INTERSETORIALIDADES

Evidências em arte, cultura e educação

em perspectiva comparada e a promoção de um espaço de diálogo entre especialistas e tomadores de decisão.

II. O segundo volume, nomeado “**Aprendizados a partir de análise dos dados de cultura e educação**”, apresenta a investigação de bases de dados educacionais e de cultura e propõe análises estatísticas para compreender como a inserção de atividades artísticas no cotidiano escolar e o acesso de estudantes a equipamentos culturais em seus territórios podem trazer ganhos para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens.

III. O terceiro, “**Mapeamento de experiências em arte, cultura e educação**” realizado em parceria com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), desenvolveu um mapeamento de sete iniciativas nacionais e uma internacional que atuam na intersecção entre cultura e educação, analisando suas principais características e contribuições, por meio de documentos oficiais, artigos acadêmicos e outras informações disponíveis sobre as experiências escolhidas.

IV. O quarto, “**Estudos de caso em arte, cultura e educação no Brasil**”, realizado pela Tomara! Educação e Cultura, aprofundou cinco experiências nacionais selecionadas, a partir

do mapeamento do terceiro volume, aplicando um conjunto articulado de métodos, que incluiu entrevistas, rodas de conversa e incursões a campo, para analisar os principais aprendizados acumulados por essas iniciativas.

Com metodologias, focos e abrangências distintas, mas articulados a um mesmo objetivo, a coletânea busca construir insumos capazes de apontar caminhos e recomendações para a construção de políticas públicas que articulem arte, cultura e educação.

Os resultados dos estudos reforçam a importância da parceria entre MEC, MINC, Inep e Fundação Itaú como uma contribuição importante para o avanço de políticas intersetoriais. Ao produzir evidências robustas sobre a relevância da articulação entre arte, cultura e educação, os estudos impulsionam a promoção de uma educação integral e de qualidade e a democratização dos direitos culturais para crianças, adolescentes e jovens.

Acesse todos os volumes da coleção

Intersetorialidades: evidências em arte, cultura e educação

no final desta publicação.



Carta ao leitor

Fortalecer a educação em jornada ampliada, na perspectiva da educação integral, constituiu-se prioridade estratégica desta gestão da Secretaria de Educação Básica desde o início de 2023, sob a liderança do Ministro Camilo Santana e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com muito trabalho e de forma articulada com os demais entes federativos e parceiros institucionais, chegamos ao início deste 2026 celebrando um marco expressivo para a política educacional brasileira, com o anúncio no Censo Escolar de que o país alcançou 25,8% de estudantes em tempo integral, superando o percentual estabelecido pela Meta 6 do Plano Nacional de Educação.

Mas os resultados dos esforços do país em prol da educação integral em tempo integral não são apenas quantitativos. Nossa atuação, por meio do Programa Escola em Tempo Integral e de diversas ações conjugadas deste Ministério, tem sido incessável para que a expansão do tempo na escola signifique também a ampliação de oportunidades de aprendizagens, do desenvolvimento pleno de nossos estudantes e do fortalecimento da equidade.

Para isso, a articulação entre cultura, arte e educação tem sido intencionalmente priorizada, no sentido de fortalecermos o papel da escola como espaço de produção de sentidos, acesso a bens culturais e artísticos, e valorização das identidades. A atuação conjunta entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, neste sentido, representa uma visão integrada de política pública, na qual cultura, artes e educação não caminham de forma paralela, mas convergem para potencializarmos a formação humana integral.

Assim, é com grande satisfação que lançamos esta coletânea, em conjunto com o Ministério da Cultura, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e a Fundação Itaú, reafirmando essa compreensão com base em análises consistentes e estudos aprofundados.

As publicações contribuem ainda para gerar evidências em torno de algo que, empiricamente, já observávamos na atuação nas escolas e secretarias de educação: arte e cultura, além de sua importância como campo

de conhecimento e como dimensão fundante da condição humana, contribuem com o aprendizado dos demais componentes curriculares e com os fluxos escolares.

Conforme os resultados destas pesquisas, as escolas que vêm utilizando materiais pedagógicos de música ou de artes (de forma mais geral) apresentaram melhores resultados em matemática e em língua portuguesa, no Saeb, em todos os níveis socioeconômicos. É muito interessante observar que em escolas de nível socioeconômico mais baixo, essa diferença positiva é ainda mais notável. Ou seja, tudo indica que o ensino de arte e cultura nas escolas contribui para a melhoria geral do aprendizado, o que é especialmente notável nas escolas que atendem públicos mais vulnerabilizados.

Foi possível observar ainda, nos anos finais do Ensino Fundamental, uma menor taxa de distorção idade-série nas escolas que utilizam materiais pedagógicos de música ou artes e tal redução é maior nas escolas com nível socioeconômico mais baixo. A partir dos dados do Censo Escolar, a pesquisa indica também um crescimento no percentual de escolas que usam materiais de arte e cultura, bem como um crescimento em relação à infraestrutura escolar para ações do campo artístico e cultural, especialmente um aumento no percentual de escolas que têm bibliotecas escolares.

Ainda há muito o que avançar nesse campo, porém, pelos dados, é possível notar que a retomada das políticas públicas federais de educação em uma perspectiva de equidade, a partir de 2023, vem contribuindo muito com essa curva ascendente de melhoria de infraestrutura e de conformação de uma escola que reconhece na cultura e na arte dimensões constitutivas da formação humana e pilares de uma sociedade democrática e socialmente justa.

Kátia Schweickardt

Secretária de Educação Básica, Ministério da Educação





Oficina de organização
Grãos de Luz e Grão na
Escola Municipal Maria
Isabel, em Lençóis (BA)

Fotos: Letícia Vieira



Sumário



- 1. Introdução** 14
 - 2. Fontes e dados sobre educação e cultura** 18
 - 3. Estratégia de análise de indicadores educacionais e culturais** 22
 - 4. Infraestrutura, presença e uso de materiais pedagógicos para práticas artísticas e culturais nas escolas** 24
 - 4.1** Efeitos do uso de materiais pedagógicos de música e arte na aprendizagem 32
 - 4.2** Efeito do uso de materiais pedagógicos de música e arte no fluxo escolar 38
 - 4.3** Pontos de cultura e indicadores educacionais 47
 - 5. Considerações finais** 52
- REFERÊNCIAS** 56



1. Introdução

A arte e a cultura constituem direitos fundamentais, reconhecidos como dimensões essenciais do desenvolvimento humano, da cidadania e da democracia cultural, sendo assegurados tanto pela Constituição Federal quanto por diversos marcos normativos e internacionais. O acesso a bens, práticas e experiências culturais e artísticas não deve ser compreendido como privilégio, mas como condição necessária à formação plena do indivíduo, favorecendo a expressão, a criatividade, o pensamento crítico e a convivência em sociedade.

Assim, garantir que todas as crianças e adolescentes tenham oportunidades efetivas de vivência artística e cultural dentro e fora do ambiente escolar é uma responsabilidade pública e coletiva, vinculada ao princípio da igualdade de oportunidades educacionais e culturais e à promoção de uma educação que forme sujeitos sensíveis, criativos e socialmente participativos.

Com o objetivo de reafirmar a centralidade da articulação entre educação, arte e cultura na promoção da educação integral e no cotidiano da população brasileira, o Ministério da Cultura (MinC), o Ministério da Educação (MEC), o Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (Inep) e a Fundação Itaú firmaram um acordo de cooperação técnica. A iniciativa reforça a compreensão do valor e do potencial educativo da estreita ligação entre essas áreas. O acordo firmado busca consolidar diretrizes e ações conjuntas que promovam oportunidades efetivas de vivências artísticas e culturais, seja dentro, seja fora do ambiente escolar, alinhando-se ao princípio da igualdade de oportunidades educacionais e culturais.

Essa iniciativa deu origem a um conjunto de estudos, desenvolvidos com metodologias quantitativas e qualitativas, cujos propósitos convergem

para a produção de evidências e subsídios voltados ao fortalecimento de políticas públicas de educação integral. Este estudo é um início de investigação que compõe um dos produtos realizados no âmbito dessa parceria e tem como objetivo analisar o cruzamento de indicadores da educação e da cultura, de modo a estimar os potenciais ganhos quando essas práticas estão presentes no cotidiano escolar ou quando equipamentos culturais se encontram disponíveis e acessíveis à comunidade local, ampliando os espaços educativos.

A ideia inicial deste estudo era realizar uma análise das bases de dados do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) e a partir dela identificar iniciativas que pudessem participar de ações de monitoramento e avaliação para tentar medir o impacto da arte e da cultura no desenvolvimento de competências cidadãs, nas aprendizagens de língua portuguesa e matemática e no fluxo escolar. Todavia, ao fazê-la ficou evidente que o sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic), cuja função é gerir iniciativas que usam lei Rouanet, não trazia informações específicas que permitissem identificar as iniciativas com características desejáveis para investigação. Desse modo, optou-se por analisar outras bases existentes que trouxessem informações sobre arte, cultura e educação e chegou-se ao Censo Escolar e ao banco de informações dos Pontos e Pontões de Cultura.

Mesmo utilizando o Censo Escolar, nesse primeiro momento foram analisadas as informações públicas, ficando os dados relacionados aos profissionais da arte e às atividades complementares do contraturno escolar para a próxima etapa da investigação. Esse estudo representa o início de um processo que tem como principal objetivo gerar evidências sobre a importância de garantir o direito à arte e à cultura no processo formativo formal e informal das crianças, adolescentes e jovens e com isso apoiar a ampliação de políticas públicas com esse foco.

Partindo do reconhecimento de que a educação e a cultura contribuem para o desenvolvimento integral de crianças, jovens e adolescentes, a escola afirma-se como um espaço estratégico para a promoção e a garantia do desenvolvimento cognitivo, social, físico, emocional e cultural de cada indivíduo. Quando orientada por uma concepção de formação integral, a instituição pode articular-se aos saberes e práticas das famílias, das comunidades e dos territórios, ampliando suas possibilidades formativas.

Nessa perspectiva, o território não é apenas um recorte geográfico, é um espaço simbólico, político e afetivo. Trata-se de uma dimensão estruturante para o fortalecimento das experiências artísticas, culturais e educativas. Os dados analisados corroboram a visão de autores como Milton Santos (1996), para quem o território é sempre um lugar de produção de vida, memória e resistência, configurando-se como espaço privilegiado de construção de identidades e de saberes.

Assim, pensar a educação, a arte e a cultura a partir do território significa reconhecer que as práticas formativas se enraízam em contextos específicos, dialogando com modos de existir e de criar das comunidades.

A força do território reside também na possibilidade de articular múltiplas linguagens culturais, tradições orais, festas populares, expressões afro-indígenas e artes urbanas às experiências formativas e aprendizagens escolares. Essa integração amplia repertórios simbólicos e estéticos e contribui para a formação de sujeitos críticos, criativos e conscientes de seu lugar no mundo. Em contextos de maior vulnerabilidade social, essa articulação assume relevância ainda maior. Práticas culturais territorializadas podem fortalecer vínculos comunitários, ampliar redes de proteção e impactar positivamente as trajetórias educacionais.

Do ponto de vista das políticas públicas, compreender o território como dimensão pedagógica implica investir em iniciativas que valorizem saberes locais, ampliem o acesso à cultura e promovam a participação cidadã, diretrizes alinhadas às recomendações da UNESCO (2015; 2021) sobre diversidade cultural e educação ao longo da vida. A articulação entre escolas, equipamentos culturais e iniciativas comunitárias cria ecossistemas territoriais de aprendizagem, nos quais as fronteiras entre ensino formal e experiências culturais se tornam mais fluidas.

Assim, o território se revela não apenas como lugar onde a cultura acontece, mas como matriz de práticas artísticas, educativas e sociais que fortalecem pertencimentos e ampliam horizontes formativos. Em um país marcado pela diversidade e pela desigualdade, reconhecer essa centralidade significa reafirmar a educação, a arte e a cultura como direitos e não como privilégios.

Neste contexto, torna-se fundamental analisar de que maneira as práticas artísticas e culturais vinculadas às escolas e aos territórios contribuem para qualificar o desenvolvimento das crianças e adolescentes em idade escolar. A articulação entre arte, cultura e educação pode

aprimorar indicadores educacionais e culturais por meio de práticas inovadoras, criativas e acessíveis.

Esse estudo investigou, de forma exploratória, a presença dessas práticas artísticas no cotidiano escolar e seus possíveis efeitos sobre a aprendizagem e o fluxo escolar, com base em dados públicos nacionais e subnacionais.

As investigações realizadas produziram diagnósticos e investigaram as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais ou estaduais que declararam utilizar materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem apresentam melhores resultados educacionais comparadas àquelas com mesmo nível socioeconômico, em dado período de referência.

Hipótese 2: escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais ou estaduais que estão mais próximas de Pontos ou Pontões de Cultura apresentam melhores resultados educacionais comparadas àquelas com mesmo nível socioeconômico, em dado período de referência.

2. Fontes e dados sobre educação e cultura

O **Censo Escolar da Educação Básica**, realizado anualmente pelo Inep, é um dos principais instrumentos de gestão e planejamento das políticas públicas em educação no Brasil porque reúne informações sobre infraestrutura, recursos pedagógicos, profissionais e organização das escolas brasileiras. Por ser uma base ampla, pública e contínua, permite acompanhar as condições de oferta educacional no país. Através destes dados, pode-se conhecer o perfil dos estudantes, as condições de infraestrutura e gestão das instituições, a composição e formação do corpo docente e dos demais profissionais da educação, bem como as práticas pedagógicas e os recursos didáticos utilizados nas salas de aula das redes pública e privada. Assim, o censo oferece subsídios fundamentais para a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas educacionais.

No campo das relações entre cultura e educação, o conjunto de informações disponibilizadas refere-se sobretudo à disponibilidade de materiais pedagógicos de artes e música nas escolas, integrados na base de dados a partir de 2019. Essas informações estão disponíveis no nível da unidade escolar e atualizadas até o último levantamento (2024). Entretanto, os dados públicos do Censo Escolar não apresentam a frequência de uso desses materiais, a forma como são incorporados às práticas pedagógicas, ou informações sobre as formações inicial e continuada, habilidades e competências dos agentes implementadores. Ainda assim, sua disponibilidade indica a possibilidade de realização de atividades artísticas, permitindo comparar escolas que dispõem desses recursos com aquelas que não os possuem.

Para esta análise, foram utilizadas informações sobre a disponibilidade de materiais pedagógicos ligados ao ensino de artes e de música, como

materiais para atividades artísticas e instrumentos musicais. Esses dados foram adotados como um indicador aproximado da presença de práticas artísticas e culturais nas escolas. Portanto, para ampliar a leitura dos dados, foram consideradas cinco situações nas quais se permite observar diferentes níveis de incorporação de práticas culturais no cotidiano escolar:

- escolas sem materiais de artes ou música;
- escolas com materiais de artes;
- escolas com materiais de música;
- escolas com materiais de artes ou de música (soma das duas situações anteriores);
- escolas com materiais de artes e música, simultaneamente.

Além de materiais pedagógicos específicos, um outro aspecto de grande relevância é a adequação da infraestrutura física das escolas para a promoção de atividades. A presença de espaços apropriados amplia as possibilidades de interação entre educação e cultura, permitindo que, independentemente da disponibilidade imediata de materiais pedagógicos, toda a comunidade escolar, aliada a organizações da sociedade civil, coletivos culturais e agentes artísticos externos, possa atuar no ambiente escolar. Nessas situações, a escola se torna um território de circulação de práticas culturais vivas, onde a experiência artística é mediada por profissionais de trajetória, especialização e atuação nesse campo, fortalecendo a integração entre saberes formais e práticas culturais.

O Censo Escolar permite ainda identificar a existência e o uso de diferentes estruturas físicas voltadas às práticas artísticas, culturais e literárias, como a presença de sala ou ateliê de artes, sala de música ou de coral, sala ou estúdio de dança, sala multiuso para música, dança e artes, biblioteca e sala de leitura. Esses indicadores permitem mapear a disponibilidade de espaços físicos destinados ao desenvolvimento de experiências artísticas e culturais ao longo da trajetória escolar dos estudantes.

Se na área da educação foram utilizados dados relativos aos recursos físicos e materiais, no âmbito da cultura foram analisados os dados relativos aos equipamentos culturais nos territórios associados à Política Nacional de Cultura Viva (PNCV). Essa é uma política pública de Estado gerida de forma compartilhada pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC/MinC) em parcerias intergovernamentais e com governos estaduais, municipais, grupos e instituições culturais, gestores

e produtores culturais, e também sociedade civil, para articular, capacitar e fomentar ações realizadas por entidades, coletivos e agentes culturais em suas comunidades, além de apoiar, valorizar, reconhecer, dimensionar e divulgar as culturas e os fazeres culturais em seus diferentes territórios.

A PNCV está presente nos 27 estados brasileiros, em cerca de mil municípios, sendo uma política pública de grande capilaridade e visibilidade do Ministério da Cultura. O conjunto de dados do Mapa da Rede Cultura Viva contém 7.084 Pontos e Pontões de Cultura georreferenciados.

A partir dessas informações e da localização das escolas, a qual é disponibilizada pelo Inep, torna-se possível fazer o levantamento da distribuição das instituições segundo a proximidade em relação aos Pontos de Cultura. Para essa análise, foram definidas quatro categorias de distância (até 2 km, de 2 a 5 km, de 5 a 10 km e mais de 10 km) que buscam representar, de forma aproximada, a possibilidade de as unidades escolares e seus alunos acessarem esses espaços culturais no cotidiano. Nesse sentido, quanto mais próxima a um Ponto ou Pontão de Cultura, maiores as chances de os estudantes de uma escola participarem de atividades artísticas e culturais em seu cotidiano.

Do ponto de vista do desempenho dos estudantes, o fluxo escolar – compreendido pelos indicadores de aprovação, reprovação, abandono e distorção idade-série – constitui um dos principais instrumentos de leitura das desigualdades educacionais no Brasil. Esses indicadores permitem avaliar o desempenho dos sistemas de ensino e evidenciam como condições socioeconômicas, culturais e territoriais incidem sobre as trajetórias escolares dos estudantes, funcionando como um verdadeiro “termômetro da exclusão educacional” (Ribeiro, 2011; Cerioli, 2008).

Nessa perspectiva, estudos sugerem que o acesso a bens de consumo e equipamentos artísticos e culturais podem gerar ganhos em diferentes variáveis educacionais, tais como frequência, aprovação, pensamento crítico, aprendizagem, além do engajamento em atividades artísticas e culturais (Bowen e Kisida, 2021; Erickson e Watson, 2020).

Assim como outras variáveis educacionais, as taxas de abandono escolar refletem fatores estruturais que ultrapassam o campo pedagógico. Em muitos locais, a evasão escolar é influenciada por múltiplas vulnerabilidades: insegurança alimentar, necessidade de trabalhar, ausência de equipamentos culturais e esportivos, problemas no

transporte escolar, fragilidade das políticas de juventude, racismo estrutural e desigualdades de gênero. Pesquisas recentes em políticas culturais (Rubim; Barbalho, 2020) indicam que programas de formação artística territorializada reduzem significativamente o abandono, fortalecendo pertencimento, autoestima e vínculos comunitários.

A distorção idade-série, por sua vez, é um dos indicadores mais sensíveis para compreender rupturas nas trajetórias educacionais. Ela ocorre quando a idade do estudante é superior a dois anos da idade considerada adequada à série escolar em que está matriculado, evidenciando repetência ou interrupção no percurso. A distorção é mais acentuada nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, sobretudo entre estudantes negros, indígenas, moradores de áreas rurais ou periferias urbanas. Para Charlot (2000), a defasagem escolar é também defasagem de sentido: quando o estudante não percebe relevância entre a escola e sua vida, a aprendizagem se fragiliza. Em vista disso, ao promoverem reconhecimento, expressão e pertencimento, políticas culturais e artísticas podem contribuir para ressignificar a relação com a escola e reduzir os valores observados neste indicador.

Outra dimensão importante do ponto de vista do desempenho dos estudantes é a aprendizagem. Para analisá-la, foram utilizados os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) para os anos de 2019 2021 e 2023, referentes aos resultados do 5º ano e do 9º ano do Ensino Fundamental, em língua portuguesa e em matemática. Esses dados permitem verificar em que medida os estudantes estão aprendendo o que é esperado em cada etapa de ensino.

3. Estratégia de análise de indicadores educacionais culturais

Com base nas fontes de dados públicos citadas anteriormente, foram reunidas informações do Censo Escolar, como a presença de materiais de artes e música nas escolas; indicadores de aprovação, abandono, distorção idade-série; resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) sobre a proficiência em língua portuguesa e em matemática; além de dados sobre os Pontos e Pontões de Cultura, iniciativas que conectam a comunidade com atividades artísticas e culturais.

Com esse retrato, foi possível produzir análises para entender como arte e cultura podem caminhar juntas com a educação e gerar resultados importantes, tanto do ponto de vista educacional quanto da garantia do direito à cultura por meio da vivência de atividades artísticas e culturais.

Importante destacar que os resultados apresentados neste relatório não têm como objetivo estabelecer relações de causalidade, mas identificar correlações fundamentadas em evidências. Tais achados oferecem subsídios consistentes para a formulação de políticas públicas e para o planejamento de ações que fortaleçam a articulação entre educação e cultura, contribuindo para que escolas, redes de ensino e comunidades tomem decisões mais qualificadas e informadas.

Para qualificar algumas das evidências da relação arte, cultura e educação foram realizados testes de hipótese, que são ferramentas estatísticas utilizadas para ajudar a responder perguntas de forma objetiva e a fim de minimizar efeitos subjetivos. Os testes estatísticos utilizados servem para verificar se as diferenças observadas entre grupos de escolas são consistentes ou se podem ter ocorrido apenas por acaso. Em termos simples, eles ajudam a avaliar se os dados indicam uma diferença relevante ou se não há informações suficientes para afirmá-la com

segurança. Esses testes oferecem um apoio importante para interpretar os resultados e orientar decisões com base em evidências.

Porém, estabelecer grupos onde é possível realizar uma comparação justa e confiável é, muitas vezes, bastante difícil. Para tentar contornar esse problema, é comum estabelecer estratos em que a variação, decorrente de fatores que não estão sendo observados, é menor. Para isso, utilizam-se indicadores observáveis que notadamente afetam os indicadores que estão sendo avaliados.

Neste estudo, as comparações entre grupos de escolas foram realizadas entre aquelas de níveis socioeconômicos semelhantes, visto que esta característica está muito relacionada aos indicadores de desempenho dos estudantes, tanto em relação ao fluxo quanto em relação à aprendizagem.

Para comparar as escolas sob a perspectiva dos estratos socioeconômicos, utilizamos a informação disponível no Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) do Saeb para o ano de 2019 (BRASIL, 2019), que é a combinação de dois elementos: a escolaridade dos pais e a posse de bens e serviços nos domicílios. Isso assegura a atribuição de uma única classificação socioeconômica válida para cada escola ao longo de todo o período analisado. Há pouca variação entre as classificações socioeconômicas das escolas ao longo do tempo. Nesse sentido, optou-se por utilizar o contexto pré-pandemia como referência, de modo a evitar variações associadas ao cenário imposto pela crise sanitária dentro do processo analítico.

O Inse classifica as escolas em oito níveis socioeconômicos. Para os níveis inferiores e superiores (I, II, VII e VIII), as faixas são compostas por intervalos de um desvio padrão, enquanto para os níveis intermediários (III, IV, V e VI), a amplitude das faixas são de meio desvio padrão. Para testar as hipóteses propostas neste estudo, foram definidos os seguintes grupos de controle:

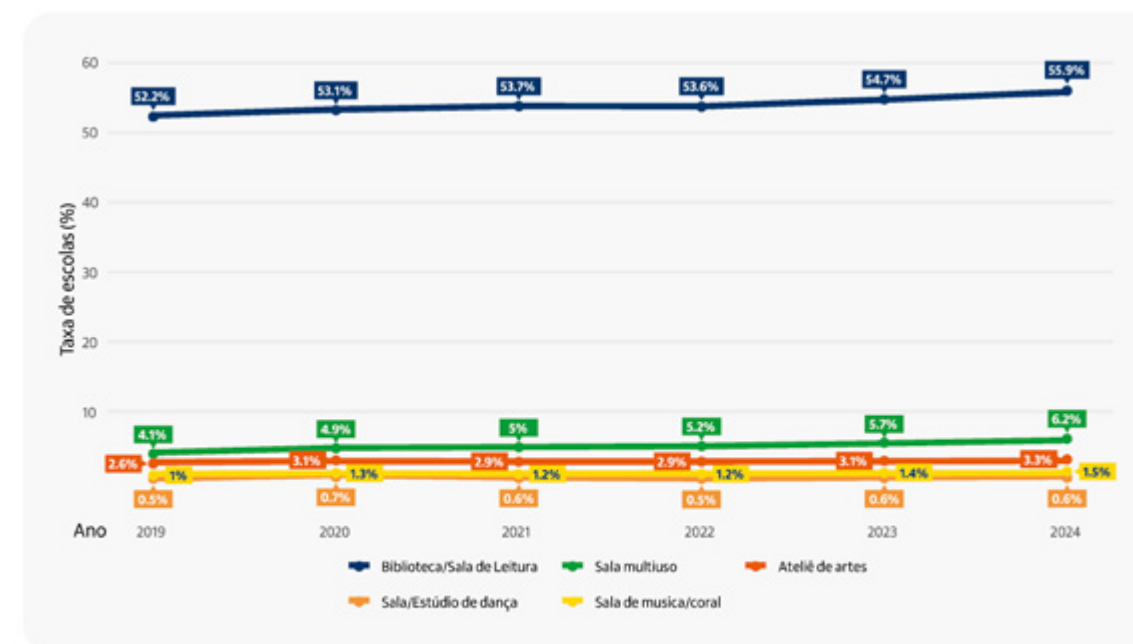
Grupo de controle da hipótese 1: escolas de determinado nível socioeconômico, ofertantes de Ensino Fundamental ou Médio, das redes municipais e estaduais, sem materiais pedagógicos de artes ou música em uso para atividades de ensino e aprendizagem.

Grupo de controle da hipótese 2: escolas de determinado nível socioeconômico, ofertantes de Ensino Fundamental ou Médio, das redes municipais e estaduais, localizadas a mais de 10 km do Ponto ou Pontão de Cultura mais próximo.

4. Infraestrutura, presença e uso de materiais pedagógicos para práticas artísticas e culturais nas escolas

A **Figura 1** apresenta a distribuição relativa das escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais quanto à disponibilidade de estruturas físicas destinadas ao acesso e uso por parte dos estudantes: biblioteca/sala de leitura, sala multiuso, ateliê de artes, sala de música/coral e sala/estúdio de dança.

FIGURA 1. Proporção de escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes estaduais e municipais segundo a disponibilidade de infraestrutura para promoção de práticas artísticas e culturais. Brasil, 2019 a 2024.



Fonte: Censo Escolar, 2024.

As bibliotecas e/ou salas de leitura são as estruturas mais presentes nas redes estaduais ou municipais com 55,9% de cobertura em 2024, segundo o Censo Escolar. A cobertura aumenta conforme avançam as etapas de ensino, sendo maior no Ensino Médio (86,1%), seguido pelos anos finais do Ensino Fundamental (69,1%). Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, somente 47,2% das escolas das redes estaduais e municipais contam com biblioteca e/ou sala de leitura, sendo que o desafio maior está nas redes municipais, as quais possuem apenas 44,3% de cobertura, contra os 70,7% apresentados pelas escolas estaduais.

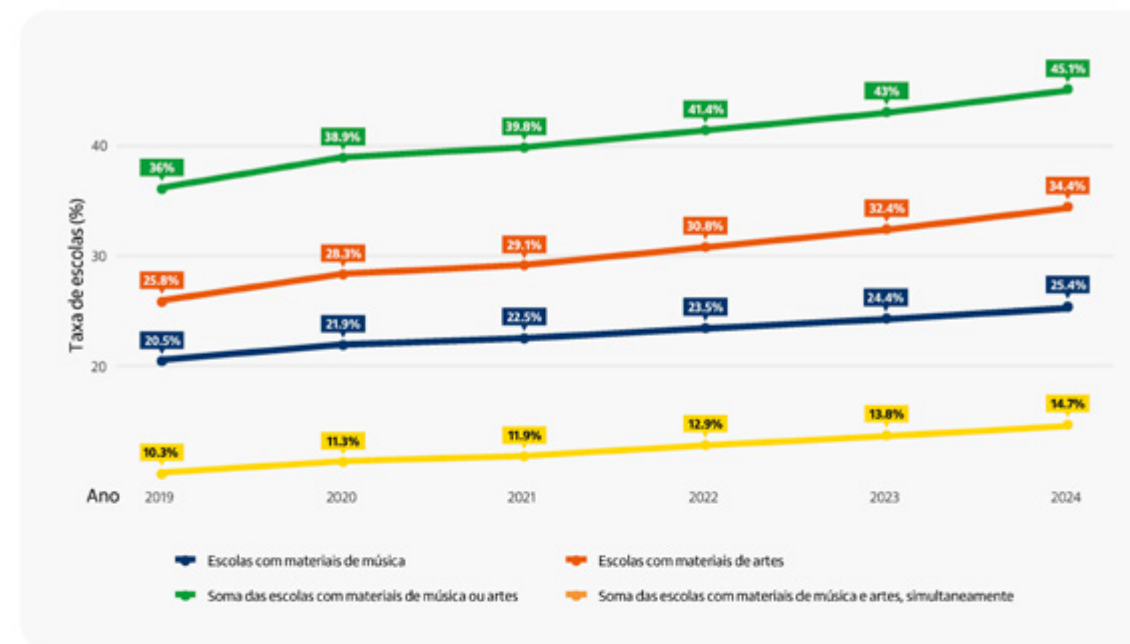
As bibliotecas escolares não devem ser compreendidas apenas como locais de consulta ou armazenamento de livros, mas como espaços estratégicos indispensáveis para a formação de leitores, capazes de ampliar repertórios culturais, estimular práticas de leitura e promover

o acesso a narrativas, histórias e conhecimentos que contribuem para a construção do pensamento crítico e do imaginário social dos estudantes.

Os ateliês de artes, as salas de dança, música e coral são estruturas muito pouco presentes nas escolas municipais e estaduais, sejam elas de oferta para o Ensino Fundamental ou Médio. No caso dos ateliês de artes, apenas 3,3% dispunham desse tipo de espaço em 2024, sendo 5,8% nas escolas estaduais e 2,3% nas escolas municipais. Vale ressaltar que a inexistência destes espaços não significa necessariamente ausência de atividades artísticas e culturais, pois muitas escolas possuem quadras, pátios cobertos, salas de aula adaptadas, ou outros espaços onde é possível realizá-las.

A Figura 2 apresenta a distribuição de escolas quanto ao uso de material pedagógico de artes e/ou música nas redes municipais e estaduais de Ensino Fundamental e Médio, entre 2019 e 2024. Os dados indicam que o acesso a materiais de arte e de música, nas escolas públicas, aumentou nos últimos anos, especialmente nas redes municipais e em determinados territórios. Segundo o Censo Escolar, em 2019, mais de 36% das escolas tinham materiais pedagógicos de música ou de artes em uso para atividades de ensino e aprendizagem. Já em 2024 esse percentual aumentou para 45,1%. A ampliação desses recursos ocorre em um contexto de ampliação do debate sobre educação integral e desenvolvimento socioemocional, áreas nas quais a presença de práticas artísticas e culturais desempenha papel relevante.

FIGURA 2. Presença de material pedagógico para práticas artísticas e culturais em uso nas escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais. Brasil, 2019 a 2024.



Fonte: Censo Escolar (Inep)

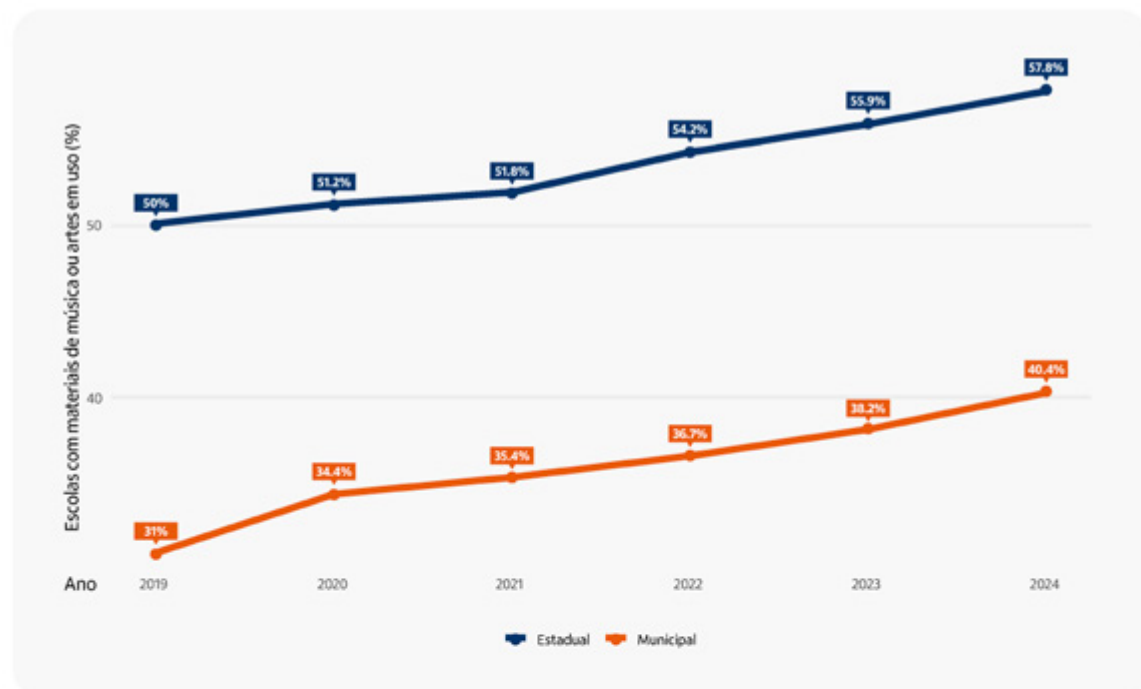
Entre 2019 e 2024, tanto o percentual de escolas com materiais de música quanto de artes em uso aumentou em um ritmo estável, o que indica uma expansão conjunta da aderência e inclusão desses materiais no cotidiano escolar. Soma-se a isso a leve diminuição do total de escolas no período, o que também exerceu influência para esse aumento gradual ao longo do período.

Em 2019, 25,8% das escolas utilizavam material de artes, proporção que alcança 34,4% em 2024. No caso de música, o uso cresce de 20,5% para 25,4% no mesmo intervalo. Já a fração de escolas que dispunham simultaneamente de materiais de artes e de música passou de 10,3%, em 2019, para 14,7%, em 2024. Escolas que dispunham de apenas um dos tipos de materiais (artes ou música) saíram de 36,0% em 2019 para 45,1% em 2024.

Importante ressaltar que a presente análise não abrange aspectos relacionados à natureza do material pedagógico de música ou de artes, à forma de sua implementação nem à qualidade desses recursos. É

fundamental realizar, em estudos futuros, um levantamento que permita qualificar o material disponível e identificar as formas que esses recursos são efetivamente utilizados.

FIGURA 3. Presença de material pedagógico de música ou artes em uso nas escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais. Brasil, 2019 a 2024.



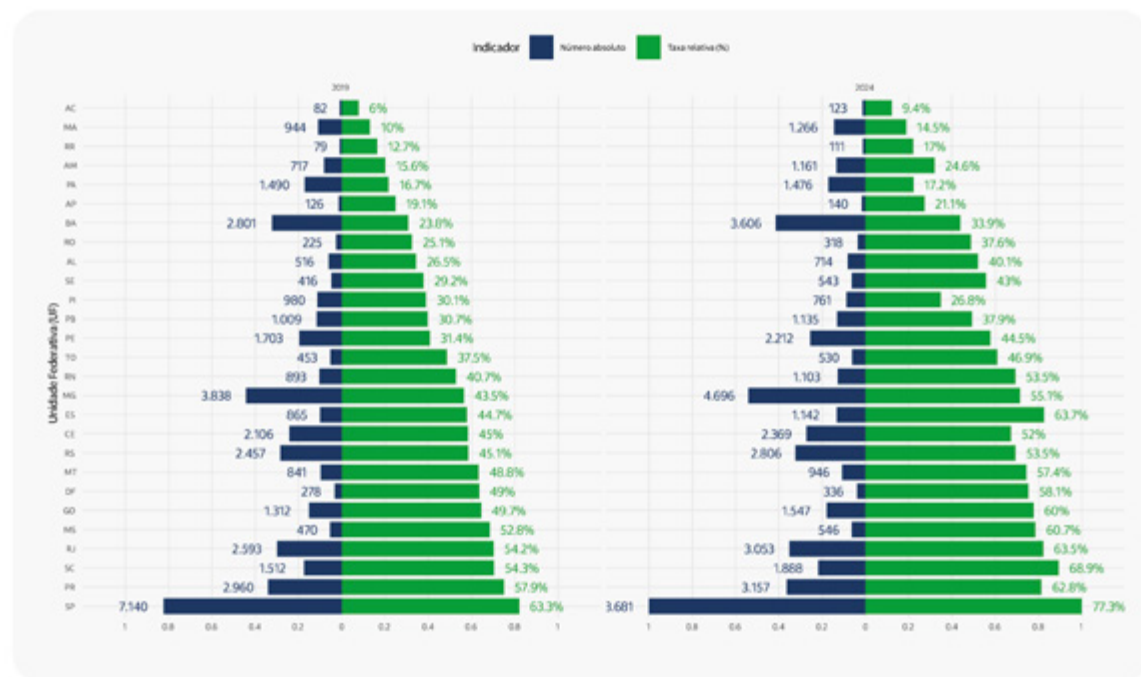
Fonte: Censo Escolar (Inep)

Em 2019, aproximadamente 50% das escolas da rede estadual de Ensino Fundamental ou Médio utilizavam materiais pedagógicos de música ou de artes, proporção que aumentou para 57,8% em 2024. Nas escolas municipais, o percentual passou de 31% para 40,4% no mesmo período. Esses resultados evidenciam que, de maneira geral, as redes estaduais estão mais avançadas do que as redes municipais na promoção do uso de materiais pedagógicos de música e de artes, revelando diferenças no processo de implementação de estratégias para articulação entre arte, cultura e educação dentro das atividades escolares no Ensino Fundamental e Médio.

Há um crescimento nítido do uso de materiais pedagógicos para práticas artísticas e culturais nas escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais ou estaduais. Houve um aumento de 7,8 pontos percentuais nas redes estaduais e 9,4 pontos percentuais nas municipais na proporção de escolas que utilizam materiais pedagógicos de música ou artes entre 2019 e 2024. Nas redes municipais, esse movimento foi um pouco mais forte nos últimos dois anos da série. Ao se analisar a Figura 3, o comportamento é mais modesto das inclinações das curvas de 2020 a 2022, e uma inclinação mais acentuada entre 2022 e 2024.

Do ponto de vista geográfico, as diferenças territoriais são ainda mais evidentes. A Figura 4 apresenta a proporção de escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais ou estaduais com materiais de música ou artes em uso, por unidade da federação, em 2019 e 2024. O estado de São Paulo concentra o maior número de escolas com materiais de música e de artes em uso, sendo 7.140 escolas, em 2019 (63,3%) e, em 2024, 8.681 (77,3%) instituições, demonstrando crescimento. O Paraná aparece em segundo lugar, em 2019, com 57,9% das escolas tendo materiais de música ou de artes em uso, valor que aumentou para 62,8% em 2024.

FIGURA 4. Quantitativo total e proporção de escolas de ensino fundamental ou médio das redes municipais e estaduais com materiais pedagógicos de música ou artes em uso, por Unidade Federativa, em 2019 e 2024.



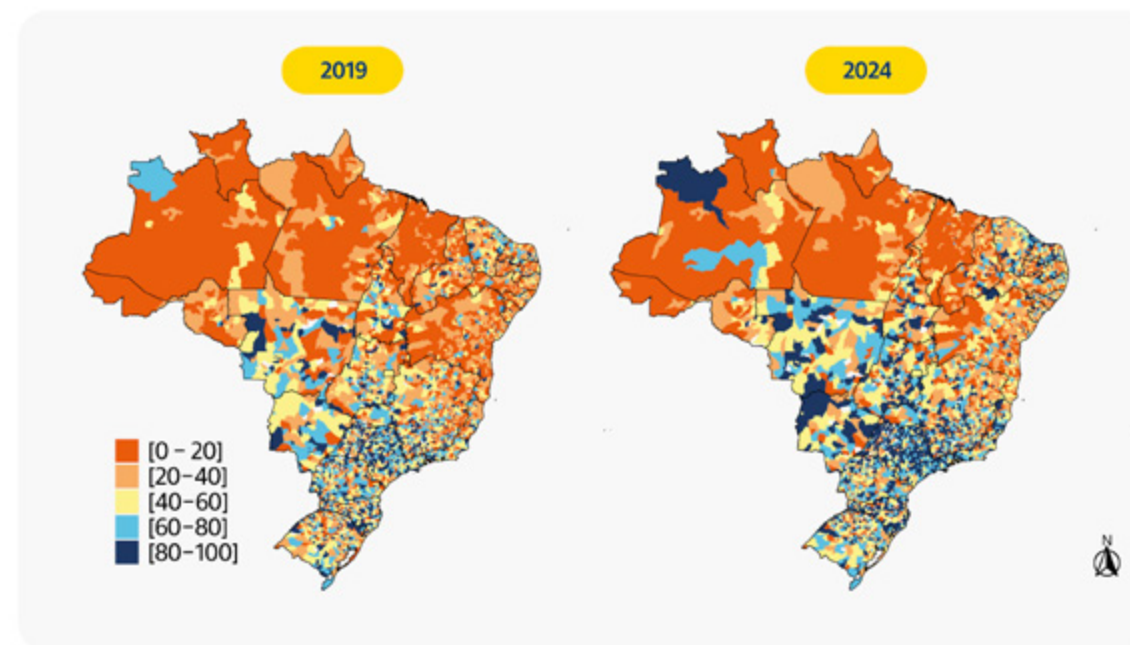
Fonte: Censo Escolar (Inep)

Entre os estados com menor incidência de materiais de música ou artes em uso nas escolas, as disparidades regionais tornam-se particularmente marcantes. Em 2019, quatro dos cinco estados com as menores proporções de escolas com materiais de música ou artes em uso localizavam-se na Região Norte, sendo que o estado de Acre registra a menor proporção em 2019 (6%) e em 2024 (9,4%). Em segunda posição, o Maranhão registrou 14,5% de escolas com esse acervo, em 2024.

Esses dados evidenciam um desafio relevante para o combate à desigualdade, uma vez que as proporções de escolas que utilizam materiais de música ou artes dos estados onde esse número é menor continuam tão baixas quanto no período analisado. Esse cenário reforça a persistência de assimetrias regionais, sejam elas relacionadas à disponibilidade de recursos pedagógicos, sejam elas relativas à capacidade institucional de implementar e sustentar atividades culturais no ambiente escolar.

A Figura 5 mostra um mapa com o percentual de escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais ou estaduais com materiais pedagógicos de música ou artes em uso, no nível do município, em 2019 e 2024. Observa-se um crescimento expressivo no número de escolas de Ensino Fundamental e Médio das redes municipais e estaduais que declararam utilizar materiais de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem de 2019 para 2024.

FIGURA 5. Proporção de escolas municipais e estaduais com materiais pedagógicos de música ou artes em uso, por município, em 2019 e 2024.



Fonte: Censo Escolar (Inep)

Ainda de acordo com o mapa, observa-se uma redução no número de municípios que não possuem escolas estaduais ou municipais utilizando materiais pedagógicos de música ou artes. Ao mesmo tempo, verifica-se um aumento no número de municípios onde mais de 40% das escolas municipais e estaduais passaram a utilizar esses materiais nas atividades de ensino e aprendizagem.

4.1 Efeitos do uso de materiais pedagógicos de música e arte na aprendizagem

Ao analisar escolas das redes municipais e estaduais com resultados do Saeb para o 5º ano do Ensino Fundamental divulgados nos três períodos avaliados (2019, 2021 e 2023), observa-se que, em todos os casos, as médias de proficiência em matemática foram superiores nas escolas que declararam utilizar materiais de música ou artes, em comparação às demais. Esse padrão se manteve em todos os agrupamentos por nível socioeconômico, conforme apresentado na Tabela 1.

Essas diferenças são estatisticamente significativas, exceto para o agrupamento socioeconômico mais alto (Inse VII e VIII), em todos os anos, e para o agrupamento de nível socioeconômico mais baixo, no ano de 2023. Observa-se também que o impacto associado ao uso de materiais de música ou artes na proficiência média em matemática, no 5º ano, tende a diminuir conforme aumenta o nível socioeconômico das escolas. No nível socioeconômico mais alto, o efeito volta a crescer, mas sem significância estatística.

De modo geral, nas escolas classificadas nos níveis socioeconômicos I a VI, o uso de materiais pedagógicos de música ou artes está associado a médias mais altas de proficiência em matemática, no 5º ano, nas três edições do Saeb analisadas. Esse efeito é mais expressivo entre as escolas de menor nível socioeconômico, conforme indicado na Tabela 1.

TABELA 1. Diferenças entre médias de proficiência em matemática no 5º ano do Ensino Fundamental de escolas municipais e estaduais em relação ao uso de materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem. Brasil, 2019, 2021 e 2023.

Ano Saeb	Inse	Proficiência MT 5º ano		Diferença		Estatisticamente significativo
		Controle ¹	Tratamento ²	Absoluta	Relativa	
2019	I e II	196	202	6	3,00%	Sim
	III e IV	213	217	3	1,56%	Sim
	V e VI	240	241	2	0,64%	Sim
	VII e VIII	263	271	9	3,33%	Não
2021	I e II	187	195	8	4,26%	Sim
	III e IV	203	207	4	1,77%	Sim
	V e VI	227	229	2	0,85%	Sim
	VII e VIII	260	263	3	1,16%	Não
2023	I e II	195	200	5	2,41%	Não
	III e IV	213	216	3	1,35%	Sim
	V e VI	234	235	2	0,65%	Sim
	VII e VIII	260	270	10	3,75%	Não

¹ Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que não utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

² Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

No caso da aprendizagem em língua portuguesa no 5º ano do Ensino Fundamental, em todos os casos, a média de proficiência das escolas com materiais de música ou artes em uso foi maior do que das demais escolas, considerando cada um dos agrupamentos de nível socioeconômico, conforme a Tabela 2.

Essas diferenças são estatisticamente significativas em 10 dos 12 casos analisados, as exceções são os agrupamentos socioeconômicos de Inse V e VI, em 2019, e de Inse VII e VIII, em 2021. Também se observa que o efeito do uso de materiais de música ou artes na proficiência média em português no 5º ano do Ensino Fundamental tem maior magnitude nos extremos da distribuição do Inse, nos agrupamentos dos níveis I e II e dos

níveis VII e VIII. Ou seja, o uso de materiais pedagógicos de música ou artes está associado a maiores médias de proficiência em matemática no 5º ano do Ensino Fundamental, nas três edições do Saeb analisadas. Este efeito é mais importante nas duas pontas da distribuição do nível socioeconômico, conforme mostra a Tabela 2.

TABELA 2. Diferenças entre médias de proficiência em língua portuguesa no 5º ano do Ensino Fundamental de escolas municipais e estaduais em relação ao uso de materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem. Brasil, 2019, 2021 e 2023.

Ano Saeb	Inse	Proficiência LP 5º ano		Diferença		Estatisticamente significativo
		Controle ¹	Tratamento ²	Absoluta	Relativa	
2019	I e II	179	185	6	3,53%	Sim
	III e IV	199	203	4	1,90%	Sim
	V e VI	227	227	0	0,08%	Não
	VII e VIII	249	257	8	3,20%	Sim
2021	I e II	172	181	9	5,19%	Sim
	III e IV	193	197	4	2,33%	Sim
	V e VI	219	220	1	0,46%	Sim
	VII e VIII	246	251	5	2,07%	Não
2023	I e II	185	190	5	2,83%	Sim
	III e IV	202	205	3	1,47%	Sim
	V e VI	222	223	1	0,54%	Sim
	VII e VIII	244	253	9	3,80%	Sim

¹ Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que não utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

² Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

Ao analisar os resultados do Saeb para o 9º ano do Ensino Fundamental das escolas das redes municipais e estaduais que tiveram divulgados, nos três períodos avaliados (2019, 2021 e 2023), em todos os casos, as médias de proficiência em matemática das escolas com materiais de música ou artes em uso foram maiores do que das demais escolas, em cada agrupamento de nível socioeconômico, conforme a Tabela 3.

TABELA 3. Diferenças entre médias de proficiência em matemática no 9º ano do ensino fundamental de escolas municipais e estaduais em relação ao uso de materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem. Brasil, 2019, 2021 e 2023.

Ano Saeb	Inse	Proficiência MT 9º ano		Diferença		Estatisticamente significativo
		Controle ¹	Tratamento ²	Absoluta	Relativa	
2019	I e II	233	239	7	2,84%	Sim
	III e IV	251	254	3	1,25%	Sim
	V e VI	271	271	0	0,03%	Não
	VII e VIII	293	307	14	4,94%	Sim
2021	I e II	225	233	8	3,73%	Sim
	III e IV	244	248	3	1,36%	Sim
	V e VI	264	265	1	0,26%	Não
	VII e VIII	286	300	14	5,07%	Sim
2023	I e II	235	242	7	2,83%	Sim
	III e IV	249	251	2	0,92%	Sim
	V e VI	264	265	1	0,31%	Não
	VII e VIII	285	302	17	5,89%	Sim

¹ Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que não utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

² Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

Essas diferenças são estatisticamente significativas nas três edições do Saeb analisadas, exceto para o segundo agrupamento socioeconômico mais alto (Inse V e VI). Observa-se também que o efeito na proficiência média em matemática no 9º ano do Ensino Fundamental vai reduzindo à medida em que o nível socioeconômico das escolas aumenta, exceto para o agrupamento socioeconômico mais alto, em que observa-se também o maior efeito positivo, com nível de proficiência 5,89% maior nas escolas onde são utilizados materiais pedagógicos de música ou artes. Ou seja, o uso de materiais pedagógicos de música ou artes está associado a maiores médias de proficiência em matemática no 9º ano do Ensino Fundamental de escolas municipais e estaduais, especialmente nas pontas dos agrupamentos socioeconômicos (VII e VIII; I e II), nas três edições do Saeb analisadas, conforme mostra a Tabela 3.

No caso de língua portuguesa, no 9º ano do Ensino Fundamental das escolas municipais e estaduais, observa-se um padrão semelhante ao da matemática no 9º ano. As diferenças das médias de proficiência entre escolas que utilizam material pedagógico de artes ou música e das demais escolas foram positivas em todos os casos analisados e estatisticamente significativas, exceto para o segundo mais alto agrupamento socioeconômico (Inse V e VI). Observa-se também que os maiores efeitos são encontrados nos agrupamentos socioeconômicos das extremidades (VII e VIII; I e II).

TABELA 4. Diferenças entre médias de proficiência em língua portuguesa no 9º ano do ensino fundamental de escolas municipais e estaduais em relação ao uso de materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem. Brasil, 2019, 2021 e 2023.

Ano Saeb	Inse	Proficiência LP 9º ano		Diferença		Estatisticamente significativo
		Controle ¹	Tratamento ²	Absoluta	Relativa	
2019	I e II	231	237	6	2,39%	Sim
	III e IV	248	252	3	1,32%	Sim
	V e VI	267	267	0	0,08%	Não
	VII e VIII	285	296	11	3,69%	Sim
2021	I e II	225	233	8	3,51%	Sim
	III e IV	245	249	3	1,42%	Sim
	V e VI	265	265	0	0,16%	Não
	VII e VIII	283	295	12	4,16%	Sim
2023	I e II	233	238	6	2,45%	Sim
	III e IV	249	252	3	1,23%	Sim
	V e VI	266	266	1	0,21%	Não
	VII e VIII	286	296	10	3,43%	Sim

¹ Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que não utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

² Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

4.2 Efeito do uso de materiais pedagógicos de música e arte no fluxo escolar

Ao analisar a distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre escolas municipais e estaduais, observa-se que este indicador não retornou resultados estatisticamente significativos, conforme mostra a Tabela 5. Os valores para a distorção idade-série são relativamente baixos nos anos iniciais, especialmente no ano de 2023, já que os valores observados entre escolas municipais e estaduais com material pedagógico de música ou artes em uso ficaram muito próximos das demais escolas.

TABELA 5. Diferenças entre médias da taxa de distorção idade-série (TDI) nos anos iniciais do ensino fundamental de escolas municipais e estaduais em relação ao uso de materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem. Brasil, 2019, 2021 e 2023.

Ano Saeb	Inse	TDI		Diferença		Estatisticamente significativo
		Controle ¹	Tratamento ²	Absoluta	Relativa	
2019	I e II	15,80%	14,95%	-0,85%	-5,40%	Não
	III e IV	14,28%	14,12%	-0,17%	-1,18%	Não
	V e VI	6,12%	6,21%	0,09%	1,50%	Não
	VII e VIII	2,43%	2,47%	0,04%	1,45%	Não
2021	I e II	10,43%	9,46%	-0,97%	-9,33%	Não
	III e IV	9,31%	9,17%	-0,14%	-1,46%	Não
	V e VI	4,42%	4,33%	-0,09%	-2,12%	Não
	VII e VIII	1,59%	1,80%	0,22%	13,58%	Não
2023	I e II	7,61%	6,69%	-0,92%	-12,15%	Não
	III e IV	7,87%	7,49%	-0,38%	-4,82%	Não
	V e VI	4,47%	4,22%	-0,26%	-5,72%	Não
	VII e VIII	1,58%	1,64%	0,07%	4,21%	Não

¹ Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que não utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

² Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

Observando a distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre escolas municipais e estaduais nota-se que este indicador é sempre menor nas escolas que utilizam materiais pedagógicos de música ou artes nas atividades de ensino e aprendizagem. O efeito em termos de pontos percentuais é importante no agrupamento socioeconômico mais baixo, chegando a -2,58 pontos percentuais em 2023, conforme mostra a Tabela 6.

TABELA 6. Diferenças entre médias da taxa de distorção idade-série (TDI) nos anos finais do Ensino Fundamental de escolas municipais e estaduais em relação ao uso de materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem. Brasil, 2019, 2021 e 2023.

Ano Saeb	Inse	TDI		Diferença		Estatisticamente significativo
		Controle ¹	Tratamento ²	Absoluta	Relativa	
2019	I e II	34,74%	32,63%	-2,12%	-6,09%	Sim
	III e IV	28,45%	26,94%	-1,51%	-5,31%	Sim
	V e VI	16,08%	15,14%	-0,93%	-5,81%	Sim
	VII e VIII	10,77%	10,21%	-0,56%	-5,21%	Não
2021	I e II	31,29%	29,34%	-1,95%	-6,23%	Sim
	III e IV	24,71%	23,37%	-1,34%	-5,42%	Sim
	V e VI	13,78%	12,98%	-0,80%	-5,83%	Sim
	VII e VIII	8,13%	7,61%	-0,52%	-6,38%	Não
2023	I e II	24,62%	22,04%	-2,58%	-10,50%	Sim
	III e IV	19,37%	18,06%	-1,31%	-6,76%	Sim
	V e VI	10,86%	10,27%	-0,59%	-5,40%	Sim
	VII e VIII	7,00%	5,64%	-1,36%	-19,43%	Não

¹ Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que não utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

² Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

Os resultados apontam um padrão bem consistente para os anos finais do Ensino Fundamental. Escolas que utilizam materiais pedagógicos de música ou artes apresentam taxas de distorção idade-série menores do que as demais. Além disso, a distorção idade-série tem caído de forma consistente de maneira geral ao longo dos anos, tanto nos anos iniciais quanto nos finais do Ensino Fundamental.

Os resultados também são bastante relevantes do ponto de vista socioeconômico. O efeito observado é maior sobretudo entre as escolas dos níveis I e II, nas quais a distorção idade-série é historicamente mais alta, tornando mais visível a associação com práticas artísticas e culturais. Isso pode indicar que práticas culturais oferecem experiências que aumentam vínculo, pertencimento e interesse entre os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, com potencial de reduzir desigualdades estruturais quando direcionada a territórios de maior vulnerabilidade.

Já nas escolas de níveis socioeconômicos mais altos, a distorção idade-série já é mais baixa e as diferenças entre escolas que utilizam materiais de música ou artes e as demais são menores em magnitude. Ainda assim, o efeito observado é consistente e estatisticamente significativo em toda a série analisada, exceto para o agrupamento socioeconômico nos níveis VII e VIII do Inse.

Em relação às taxas de reprovação, os grupos de escolas analisadas apresentaram resultados muito próximos. Apesar da diferença ser estatisticamente significativa em 7 dos 12 casos analisados, sua magnitude é bem pequena. Ainda assim, a tendência geral foi de que as escolas que utilizam materiais pedagógicos de música ou arte apresentam taxas de reprovação ligeiramente mais baixas que as demais, conforme mostra a Tabela 7.

TABELA 7. Diferenças entre taxas de reprovação nos anos iniciais do Ensino Fundamental de escolas municipais e estaduais em relação ao uso de materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem. Brasil, 2019, 2021 e 2023.

Ano	Inse	Reprovação		Diferença		Estatisticamente significativo
		Controle ¹	Tratamento ²	Absoluta	Relativa	
2019	I e II	9,83%	8,68%	-1,15%	-11,70%	Sim
	III e IV	6,50%	6,00%	-0,50%	-7,69%	Sim
	V e VI	3,78%	3,35%	-0,43%	-11,38%	Sim
	VII e VIII	1,90%	1,68%	-0,22%	-11,58%	Não
2021	I e II	2,70%	2,38%	-0,32%	-11,85%	Não
	III e IV	2,17%	2,03%	-0,14%	-6,45%	Sim
	V e VI	1,56%	1,52%	-0,04%	-2,56%	Não
	VII e VIII	0,49%	0,74%	0,25%	51,02%	Não
2023	I e II	6,02%	5,11%	-0,91%	-15,12%	Sim
	III e IV	3,55%	3,38%	-0,17%	-4,79%	Sim
	V e VI	2,44%	2,11%	-0,33%	-13,52%	Sim
	VII e VIII	1,34%	1,17%	-0,17%	-12,69%	Não

¹ Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que não utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

² Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

Os resultados das análises das taxas de reprovação nos anos finais do Ensino Fundamental foram bastante semelhantes àqueles observados para os anos iniciais desta etapa de ensino. Neste caso, metade dos casos analisados apresentaram diferenças estatisticamente significativas, novamente, com magnitude muito pequena. A tendência geral foi de que as escolas que utilizam materiais pedagógicos de música ou arte apresentam taxas de reprovação ligeiramente mais baixas que as demais, conforme mostra a Tabela 8.

TABELA 8. Diferenças entre taxas de reprovação nos anos finais do Ensino Fundamental de escolas municipais e estaduais em relação ao uso de materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem. Brasil, 2019, 2021 e 2023.

Ano	Inse	Reprovação		Diferença		Estatisticamente significativo
		Controle ¹	Tratamento ²	Absoluta	Relativa	
2019	I e II	10,32%	9,25%	-1,06%	-10,32%	Sim
	III e IV	10,30%	10,31%	0,01%	0,13%	Não
	V e VI	8,74%	7,67%	-1,07%	-12,23%	Sim
	VII e VIII	5,91%	5,52%	-0,38%	-6,52%	Não
2021	I e II	3,19%	2,45%	-0,73%	-23,02%	Sim
	III e IV	2,96%	2,79%	-0,17%	-5,81%	Sim
	V e VI	2,30%	2,37%	0,07%	3,23%	Não
	VII e VIII	1,34%	1,38%	0,04%	3,33%	Não
2023	I e II	7,73%	6,80%	-0,93%	-12,04%	Sim
	III e IV	6,10%	6,20%	0,10%	1,69%	Não
	V e VI	5,02%	4,34%	-0,68%	-13,53%	Sim
	VII e VIII	2,78%	2,66%	-0,12%	-4,41%	Não

¹ Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que não utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

² Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

As diferenças observadas para as taxas de abandono nos anos iniciais do Ensino Fundamental também foram muito sutis entre as escolas municipais e estaduais que utilizam materiais pedagógicos de música ou artes e as demais escolas dessas redes. Apesar de apresentarem diferenças estatisticamente significativas, elas não ultrapassaram um ponto percentual em nenhum dos casos analisados, como mostra a Tabela 9.

TABELA 9. Diferenças entre taxas de abandono nos anos iniciais do ensino fundamental de escolas municipais e estaduais em relação ao uso de materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem. Brasil, 2019, 2021 e 2023.

Ano	Inse	Abandono		Diferença		Estatisticamente significativo
		Controle	Tratamento	Absoluta	Relativa	
2019	I e II	1,66%	1,39%	-0,27%	-16,27%	Sim
	III e IV	0,90%	0,75%	-0,15%	-16,67%	Sim
	V e VI	0,22%	0,16%	-0,06%	-27,27%	Sim
	VII e VIII	1,39%	1,18%	-0,21%	-15,11%	Sim
2021	I e II	1,19%	1,03%	-0,16%	-13,45%	Sim
	III e IV	0,45%	0,33%	-0,12%	-26,67%	Sim
	V e VI	0,11%	0,06%	-0,05%	-45,45%	Não
	VII e VIII	0,65%	0,47%	-0,18%	-27,69%	Sim
2023	I e II	0,41%	0,36%	-0,05%	-12,20%	Sim
	III e IV	0,18%	0,14%	-0,04%	-22,22%	Sim
	V e VI	0,10%	0,03%	-0,07%	-70,00%	Não
	VII e VIII	0,08%	0,02%	-0,06%	-75,00%	Não

¹ Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que não utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

² Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

No caso dos anos finais do Ensino Fundamental, o padrão observado para as taxas de abandono nos anos iniciais se repete. As diferenças observadas também foram muito sutis entre as escolas municipais e estaduais que utilizam materiais pedagógicos de música ou artes e as demais escolas dessas redes. Apesar de apresentarem diferenças estatisticamente significativas em nove dos doze casos analisados, a maior redução foi para o agrupamento socioeconômico de Inse I e II, em 2021, com média das taxas de abandono 1,19% menores nas escolas com a utilização de materiais de música ou artes, como mostra a Tabela 10.

TABELA 10. Diferenças entre taxas de abandono nos anos finais do Ensino Fundamental de escolas municipais e estaduais em relação ao uso de materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem. Brasil, 2019, 2021 e 2023.

Ano	Inse	Abandono		Diferença		Estatisticamente significativo
		Controle ¹	Tratamento ²	Absoluta	Relativa	
2019	I e II	5,26%	4,38%	-0,88%	-16,73%	Sim
	III e IV	2,97%	2,56%	-0,41%	-13,80%	Sim
	V e VI	1,18%	1,04%	-0,14%	-11,86%	Sim
	VII e VIII	0,27%	0,19%	-0,08%	-29,63%	Não
2021	I e II	4,26%	3,07%	-1,19%	-27,93%	Sim
	III e IV	3,05%	2,41%	-0,64%	-20,98%	Sim
	V e VI	1,45%	1,10%	-0,35%	-24,14%	Sim
	VII e VIII	0,16%	0,34%	0,18%	112,50%	Não
2023	I e II	3,66%	2,78%	-0,88%	-24,04%	Sim
	III e IV	1,88%	1,51%	-0,37%	-19,68%	Sim
	V e VI	0,89%	0,81%	-0,08%	-8,99%	Sim
	VII e VIII	0,15%	0,11%	-0,04%	-26,67%	Não

¹ Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que não utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

² Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que utilizam materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem.

Principais achados sobre os efeitos do uso de materiais pedagógicos de música ou artes no desempenho dos estudantes

Entre as estruturas físicas das escolas relacionadas às práticas artísticas e culturais, bibliotecas e salas de leitura são as mais presentes nas redes estaduais e municipais, com 55,9% de cobertura em 2024. Em contrapartida, espaços específicos como ateliês de artes (apenas 3,3% de cobertura em 2024) e salas de dança ou música são muito pouco presentes.

Houve um crescimento na proporção de escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais e estaduais que declararam utilizar materiais pedagógicos de música ou artes para atividades de ensino e aprendizagem, passando de 36%, em 2019, para 45,1%, em 2024. O aumento foi estável, indicando uma expansão conjunta: materiais de artes saíram de 25,8% (2019) para 34,4% (2024) e materiais de música foram de 20,5% (2019) para 25,4% (2024). As redes estaduais estão mais avançadas (57,8% em 2024) do que as municipais (40,4%, em 2024), apesar de as municipais terem apresentado um aumento de 9,4 pontos percentuais contra 7,8 pontos percentuais nas estaduais no período.

Há diferenças regionais importantes na presença e uso de materiais pedagógicos de música ou artes nas escolas de Ensino Fundamental e Médio das redes municipais e estaduais. O estado de São Paulo concentra a maior proporção de escolas com materiais em uso (77,3%, em 2024), enquanto estados como o Acre (9,4%, em 2024) e Maranhão (14,5%, em 2024), registram as menores proporções.

As escolas que utilizaram materiais pedagógicos de música ou artes apresentaram médias de proficiência em matemática e em língua portuguesa maiores do que as demais escolas em todos os agrupamentos de Nível Socioeconômico (Inse) analisados, alcançando diferenças de até 17 pontos na escala Saeb.

O efeito é estatisticamente significativo na maioria dos casos e, em geral, possui maior magnitude nos extremos da distribuição do Inse (agrupamentos I e II e VII e VIII).

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o uso dos materiais pedagógicos de música ou artes não apresentou resultados estatisticamente significativos para a redução da distorção idade-série (TDI) em nenhum dos anos ou agrupamentos socioeconômicos (Inse). O TDI já é relativamente baixo nos anos iniciais, fazendo com que as diferenças observadas entre os grupos (com e sem materiais) sejam muito sutis e inconsistentes estatisticamente.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, a TDI é consistentemente menor nas escolas que utilizam materiais pedagógicos de música ou artes. A redução é mais expressiva no agrupamento socioeconômico mais baixo (Inse I e II), chegando a uma queda de 2,58 pontos percentuais em 2023. Este resultado sugere que as práticas culturais podem fortalecer o vínculo, o senso de pertencimento e o interesse dos estudantes nessa etapa escolar, contribuindo para reduzir desigualdades estruturais em territórios de maior vulnerabilidade.

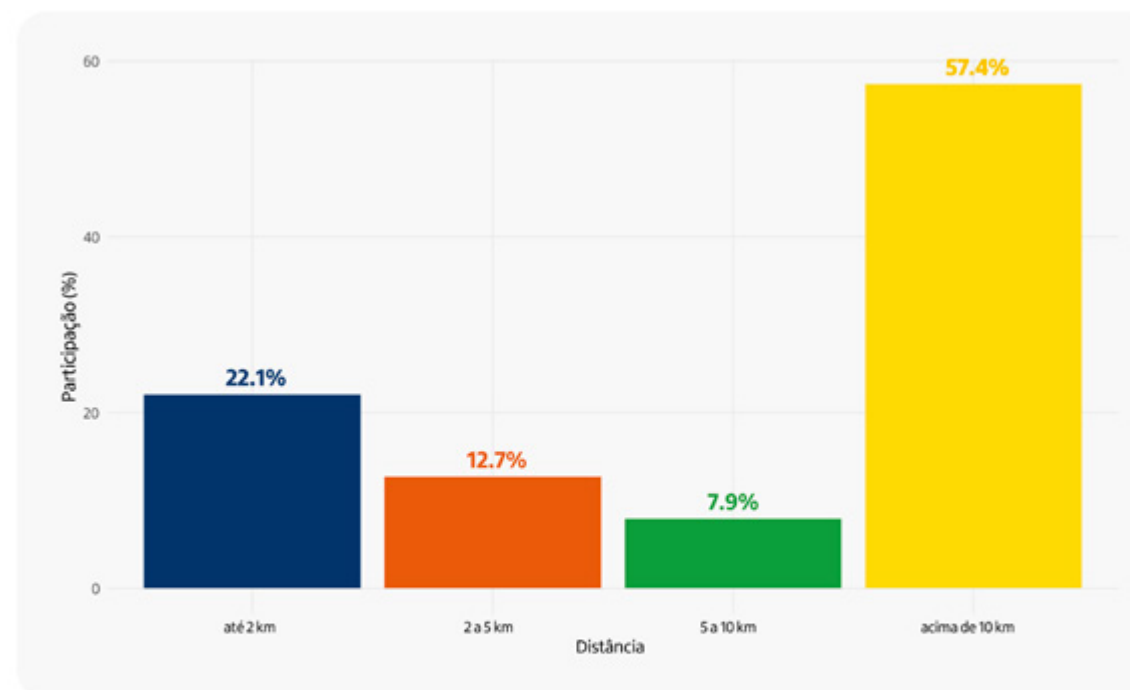
Em geral, escolas que utilizam os materiais pedagógicos de música ou artes apresentam taxas ligeiramente mais baixas de reprovação e abandono. As diferenças observadas são muito sutis e de magnitude pequena, alcançando no máximo uma redução de 1,19% na média da taxa de abandono, mesmo quando são estatisticamente significativas. A tendência geral é de um efeito positivo, mas brando, do uso de materiais de música ou artes na redução do abandono escolar.

Os resultados são especialmente relevantes nas escolas de nível socioeconômico mais baixo (Inse I e II). Nestas unidades, onde a desigualdade é mais intensa, o uso de materiais pedagógicos de música ou artes apresenta um duplo efeito positivo: aumento estatisticamente significativo da proficiência em matemática e língua portuguesa, além de redução expressiva da TDI nos anos finais do Ensino Fundamental. Este padrão reforça que a articulação entre arte, cultura e educação pode ser uma estratégia eficaz no enfrentamento das desigualdades, ao fortalecer o pertencimento e o engajamento dos estudantes mais vulneráveis, com impactos tanto na trajetória escolar quanto na aprendizagem.

4.3 Pontos de cultura e indicadores educacionais

Com base na localização das escolas identificadas pelo Censo Escolar em 2024 e nas informações sobre a localização dos Pontos e Pontões de Cultura, mapeados no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva, observa-se que 27.802 (22,1%) escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais ou estaduais estão situadas em um raio de até 2 km de um Ponto ou Pontão de Cultura. Outras 15.956 escolas (12,7%) encontram-se entre 2 e 5 km de distância, enquanto 9.939 (7,9%) estão localizadas entre 5 e 10 km. A maioria, contudo, está mais distante: 72.314 escolas (57,4%) situam-se a mais de 10 km de um Ponto ou Pontão de Cultura, evidenciando um desafio relevante para a ampliação do acesso territorial a essas iniciativas.

FIGURA 6. Distribuição das escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais ou estaduais em relação à distância ao Ponto ou Pontão de Cultura mais próximo.



Fonte: Rede Cultura Viva, 2024 – Ministério da Cultura.

A Figura 7 apresenta a distribuição espacial das escolas em relação à proximidade dos Pontos ou Pontões de Cultura, considerando o ano de cadastro na Plataforma Cultura Viva do ponto mais próximo. Ainda que de forma preliminar, esses resultados permitem identificar escolas onde os estudantes têm acesso a espaços que promovem práticas culturais, sendo um número relevante em algumas localidades. Naqueles municípios que não possuem Pontos ou Pontões de Cultura é preciso que se criem oportunidades para garantir que crianças e adolescentes tenham acesso a esse direito cultural para seu pleno desenvolvimento.

FIGURA 7. Distribuição espacial das escolas de Ensino Médio ou Fundamental das redes municipais ou estaduais, de acordo com a proximidade à Pontos ou Pontões de Cultura.



Fonte: Rede Cultura Viva, 2024 - Ministério da Cultura. Censo Escolar, 2024 - Inep.

A Tabela 11 apresenta a distribuição de escolas de Ensino Fundamental e Médio das redes municipais e estaduais segundo a proximidade do Ponto ou Pontão de Cultura. Além disso, relaciona esses dados ao ano de criação do Ponto ou Pontão de Cultura, oferecendo um indicativo do tempo durante o qual a comunidade escolar tem tido acesso a esse recurso para experienciar práticas artísticas e culturais.

TABELA 11. Escolas de Ensino Fundamental ou Médio das redes municipais ou estaduais segundo a proximidade a um Ponto ou Pontão de Cultura em relação ao ano de cadastro na Plataforma Cultura Viva.

	até 2 km	de 2 a 5 km	de 5 a 10 km	mais de 10 km
desde 2018	985	771	228	1205
desde 2019	2.804	1.857	983	9.813
desde 2020	2.239	1.188	855	5.938
desde 2021	785	303	198	1.686
desde 2022	956	762	433	2.105
desde 2023	8.702	5.060	3.650	23.983
desde 2024	11.330	6.015	3.562	27.584

O número de escolas, em todas as faixas de distância, aumentou ano após ano, o que é um reflexo direto da expansão da Rede Cultura Viva ao longo do tempo. O número total de escolas em alguma faixa de proximidade cresceu de 3.189 (em relação aos pontos criados até 2018) para 48.491 (em relação aos pontos criados até 2024). O salto mais significativo no número de escolas em proximidade (e, por inferência, na criação de novos Pontos/Pontões de Cultura) ocorreu nos anos mais recentes, especialmente entre 2022, 2023 e 2024, indicando um ritmo acelerado de implementação ou mapeamento de novos pontos nos últimos anos, conforme mostra a Tabela 11.

Os resultados dos testes de hipóteses investigando a relação entre a proximidade da escola ao Ponto ou Pontão de Cultura não foram estatisticamente significativos em 71,3 % dos casos analisados (97 de 136), cruzando níveis de proximidade (até 2 km, entre 2 km e 5 km; entre 5 km e 10 km), níveis socioeconômicos e as três edições do Saeb analisadas

(2019, 2021, 2023). O nível socioeconômico mais baixo não retornou nenhum caso com diferença significativa na aprendizagem em língua portuguesa ou matemática, em nenhum dos níveis de proximidade e nenhum dos anos analisados.

A maior magnitude de efeito da proximidade das escolas a um Ponto ou Pontão de Cultura na aprendizagem dos estudantes ocorre nos níveis socioeconômicos mais altos (Inse VII e VIII), para escolas até 2 km distantes do Ponto/Pontão de Cultura. O maior efeito foi para a língua portuguesa no 9º ano do Ensino Fundamental, em 2019, com uma diferença de 17 pontos na escala de proficiência. Neste nível socioeconômico, o efeito em matemática, para o 9º ano, foi de 15 pontos na escala de proficiência, em 2023.

De maneira geral, os efeitos observados não seguem um padrão estritamente relacionado à distância. Os resultados devem ser interpretados com cautela, considerando as limitações já discutidas. A ausência de informações diretas sobre participação efetiva dos alunos e das escolas nas atividades dos Pontos de Cultura implica que as estimativas capturam associações relacionadas à disponibilidade territorial e não necessariamente ao uso ou à intensidade das experiências culturais.

Considerando cada um dos três níveis de proximidade das escolas aos Pontos e Pontões de Cultura (até 2 km, entre 2 e 5 km, entre 5 e 10 km), quatro níveis socioeconômicos e três anos de referência (2019, 2021 e 2023), foram analisados 36 casos para cada indicador (proficiência em matemática, proficiência em língua portuguesa, distorção idade-série, taxa de reprovação e taxa de abandono) e etapa de ensino. Diferentemente do que foi observado nas análises baseadas exclusivamente nos dados do Censo Escolar, os resultados obtidos apresentam resultados inconclusivos, sem um padrão definido, com sinais estatísticos tanto positivos quanto negativos. Tal heterogeneidade sugere que a relação entre proximidade territorial a equipamentos culturais e desempenho educacional não é linear nem direta, variando conforme o contexto e os indicadores considerados.

Principais achados sobre a relação entre Pontos de Cultura e Indicadores Educacionais

A relação entre proximidade aos Pontos de Cultura e resultados educacionais não é linear: há efeitos positivos e negativos, variando conforme contexto e indicador.

As análises consideram proximidade territorial, não participação efetiva dos estudantes; os resultados devem ser interpretados com cautela.

Os efeitos mais expressivos foram todos encontrados nas escolas de maior nível socioeconômico (Inse VII e VIII), situadas até 2 km próximas de um Ponto ou Pontão de Cultura, alcançando até 17 pontos na escala Saeb.

Nos indicadores de fluxo escolar (distorção idade-série, abandono e reprovação), os resultados são inconclusivos dada a heterogeneidade de situações e efeitos diversos, quando observados.

5. Considerações finais

As evidências reunidas neste estudo indicam que a articulação entre cultura e educação pode contribuir para ampliar o pertencimento, qualificar as aprendizagens e fortalecer a formação integral dos estudantes. Quando o território é reconhecido como espaço de produção de conhecimento, as políticas deixam de ser apenas interventivas e passam a ser construídas em diálogo com a comunidade, ampliando sua relevância e efetividade.

Em contextos de vulnerabilidade social, como nas periferias urbanas, áreas rurais remotas e regiões marcadas por desigualdades, os desafios educacionais são mais intensos e o acesso à arte e à cultura tende a ser limitado. Nesses territórios, a integração de práticas artísticas e culturais ao projeto pedagógico e a aproximação com equipamentos culturais mostram-se estratégias promissoras para ampliar repertórios simbólicos, fortalecer vínculos e favorecer o engajamento, a permanência e o desempenho escolar, como é possível verificar nos demais volumes desta coletânea.

A análise integrada de dados educacionais e culturais revelou associações positivas entre a presença de práticas culturais na escola, a proximidade a equipamentos e iniciativas culturais do território e melhores indicadores de aprendizagem (língua portuguesa e matemática) e de fluxo escolar (abandono, reprovação e distorção idade-série). Embora os resultados não permitam estabelecer relações causais, os padrões observados sugerem que uma infraestrutura adequada combinada à oferta artística e cultural estão associadas a contextos educacionais mais favoráveis.

O estudo também evidenciou a existência de baixa quantidade de indicadores que atestam como as práticas artísticas e culturais acontecem

nas escolas e nas comunidades e a oportunidade de criação de novas variáveis, visando o aprimoramento nas bases de dados públicas disponíveis. Informações sobre a natureza, a intensidade e a qualidade das experiências artísticas e culturais poderiam qualificar melhor as experiências, viabilizando análises mais aprofundadas. A integração entre bases educacionais e culturais é condição essencial para o desenvolvimento de análises mais robustas, que possam ser utilizadas para o aprimoramento de políticas públicas.

Os dados apresentados mostram que ainda existem muitas escolas sem espaços importantes de aprendizagem, por exemplo, a biblioteca ainda não está presente na totalidade das escolas e existe um percentual muito baixo de escolas com infraestrutura específica para as aulas das linguagens das artes. Nesse sentido, a promoção da cultura no ambiente escolar demanda estratégias de financiamento contínuas e descentralizadas, arranjos intersetoriais entre educação e cultura e maior capilaridade territorial, especialmente em municípios com maior vulnerabilidade. Igualmente relevante é o investimento na formação e valorização dos profissionais das artes, da cultura e da educação, bem como na oferta de infraestrutura adequada e na articulação com equipamentos culturais dos territórios.

Em um momento em que a expansão da educação em tempo integral está na agenda pública como prioridade, se faz necessário pensar a ampliação com qualidade das atividades artísticas e culturais nas escolas e territórios. A presença da arte e da cultura precisa ter intencionalidade pedagógica e estar articulada ao currículo como fim, ao estudar todas as linguagens das artes, mas também como meio, presente de forma intrínseca nos demais componentes curriculares.

A continuidade da investigação sobre a importância da arte e da cultura no desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens, objetivo principal desse conjunto de estudos, apresentará bons resultados na medida em que as políticas públicas para arte, cultura e educação forem implementadas com condições e qualidade para uma boa aprendizagem. Dessa forma, as hipóteses e os indícios apresentados permitem fazer um recorte de cenário para um estudo mais aprofundado e de campo.

As informações presentes nesse estudo também podem apoiar o desenho da ampliação das escolas integrais em tempo integral no formato de parcerias, na medida em que apresenta um número elevado, 27.802

escolas próximas a Pontos ou Pontões de Cultura, em que arranjos e modelos podem ser pilotados, garantindo a arte e a cultura no currículo escolar a partir do uso de outros equipamentos culturais do território, para além dos muros da escola.

Por fim, a consolidação de uma agenda integrada entre cultura e educação, apoiada em dados qualificados e evidências consistentes, representa um passo estratégico para o fortalecimento de políticas públicas mais equitativas e duradouras, capazes de ampliar o acesso a experiências formativas culturalmente significativas, os horizontes simbólicos, os repertórios e contribuir para a redução de desigualdades.

Recomendações para Políticas Públicas

1

Implementar políticas públicas intersetoriais entre educação e cultura com objetivos definidos, papéis, responsabilidade e atribuições definidas para as pastas, com aporte financeiro e equipes qualificadas e devidamente remuneradas para implementação.

2

Pensar a instituição de um departamento/área/diretoria para:

- promover a interoperabilidade das bases de dados dos ministérios da educação, cultura e trabalho, a fim de olhar a criança, o adolescente e o jovem de forma integral;
- promover a produção de evidências de forma articulada entre arte, cultura e educação, que permitam a implementação do disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o ensino das quatro linguagens artísticas (artes visuais, dança, música e teatro);
- ampliar as perguntas do Censo Escolar para a captação de informações adicionais sobre a integração da arte e da cultura no currículo escolar e na escola;
- produzir evidências que contribuam para a implementação da escola de tempo integral em parceria com outras instituições dos territórios.

3

Garantir recursos financeiros para infraestrutura, material de consumo e atividades externas à escola.

4

Garantir formação inicial e continuada aos profissionais da comunidade escolar para a ampliação da arte e da cultura nos currículos escolares.



Referências

BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Antônio Albino Canelas (orgs.). *Pontos de Cultura e políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2020.

BARBOSA, Ana Mae. *A imagem no ensino da arte*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BARBOSA, Ana Mae (org.). *Arte/Educação contemporânea: consonâncias internacionais*. São Paulo: Cortez, 2010.

BOWEN, Daniel H.; KISIDA, Brian. *The arts advantage: Impacts of arts education on Boston students*. EdVestors, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Saeb 2019: indicador de nível socioeconômico do Saeb 2019: nota técnica. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/indicador_nivel_socioeconomico_saeb_2019_nota_tecnica.pdf. Acesso em: 20 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Cultura. Brasil das artes: uma política nacional. Fundação Nacional de Artes – FUNARTE (Grupo de Trabalho da Política Nacional das Artes – 2024/2025). Rio de Janeiro: Funarte, 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. Catálogo da Rede Nacional de Escolas Livres – 2025. Brasília: Ministério da Cultura, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/catalogo-rede-nacional-de-escolas-livres/RNELCatalogoEscolasLivres2025V2.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. Escolas Livres finalizam o ano de 2024 com formações e vivências artísticas e culturais em todo o país. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/escolas-livres-finalizam-o-ano-de-2024-com-formacoes-e-vivencias-artisticas-e-culturais-em-todo-o-pais>. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Política de formação artística do MinC: 68 Escolas Livres organizadas em Rede Nacional*. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/programa-escolas-livres>. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Programa Escolas Livres*. Brasília: Ministério da Cultura, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/programa-escolas-livres>. Acesso em: 04 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1995.

CERIOLI, Patrícia. *Educação e exclusão social: repensando a equidade na escola*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COSTA, Camila Furlan da; MEDEIROS, Igor Baptista de Oliveira; BUCCO, Guilherme Brandelli. O financiamento da cultura no Brasil no período 2003-15: um caminho para geração de renda monopolista. *Revista de Administração Pública*, v. 51, p. 509-527, 2017.

CUNHA, Maria Helena. *Cultura e educação: políticas públicas e territorialidades*. Salvador: EDUFBA, 2018.

DEWEY, John. *Art as Experience*. New York: Minton, Balch & Company, 1934.

EISNER, Elliot. *The Arts and the Creation of Mind*. New Haven: Yale University Press, 2002.

ERICKSON, Heidi H.; WATSON, Angela R.; GREENE, Jay P. An Experimental Evaluation of Arts Field Trips. *EdWorkingPapers* No. 20-284. Annenberg Institute for School Reform at Brown University, 2020.

FERREIRA, Jerusa Pires. *Cultura das bordas*. Cotia: Ateliê Editorial, 2010.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Editora WMF Martins Fontes, 2013.

NASCIMENTO, Alberto Freire. *Política cultural e financiamento do setor cultural. Encontro de estudos multidisciplinares em cultura*, v. 4, 2008.

NOGUEIRA, Maria Alice. Desigualdades escolares e exclusão social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 285–307.

RIBEIRO, Adriana; SILVA, Joana; OLIVEIRA, Marcos. *Educação e práticas culturais em territórios populares*. Recife: EdUFPE, 2020.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Classe, raça e mobilidade educacional no Brasil. Dados: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 41–79, 2011.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora / PISEAGRAMA, 2023.

SOUZA, Rita; FERREIRA, Luciana; ARAÚJO, Pedro. *Educação, cultura e desenvolvimento cognitivo: impactos de práticas culturais comunitárias em territórios vulneráveis*. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2021.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação é um direito*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1961.

TURINO, Célio. *Pontos de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

UNESCO. *Futures of Education: Learning to Become*. Paris: UNESCO, 2021.

UNESCO. *Rethinking Education: Towards a global common good?* Paris: UNESCO, 2015.

WILLIAMS, Raymond. *Culture*. London: Fontana Press, 1983.

WINK JUNIOR, M. V.; RIBEIRO, F. G.; FLORISSI, S. Capital cultural dos professores e seu impacto sobre o aprendizado das crianças. *Economia aplicada*. São Paulo. Vol. 21, n. 2 (abr./jun. 2017), p.[339]-381, 2017.

Conheça as publicações da coleção

INTERSETORIALIDADES

Evidências em arte, cultura e educação



I Estudo para a construção de políticas públicas de arte, cultura e educação



II Aprendizados a partir de análise dos dados de cultura e educação



III Mapeamento de experiências em arte, cultura e educação



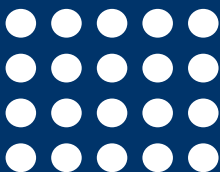
IV Estudos de caso em arte, cultura e educação no Brasil

INTERSETORIALIDADES

Evidências em arte, cultura e educação

II

Aprendizados a partir de análise dos dados de cultura e educação



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO